



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Pereira, Cícero; Torres Rosas, Ana Raquel; Almeida, Saulo Teles

Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um  
discurso justificador da discriminação no preconceito racial

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 1, 2003, pp. 95-107

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816110>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: A Influência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial

Cícero Pereira <sup>1</sup>  
Ana Raquel Rosas Torres  
Saulo Teles Almeida  
Universidade Católica de Goiás

### Resumo

Este artigo analisa, na perspectiva das representações sociais, a influência de um discurso justificador do preconceito racial. Em um experimento ( $N = 120$ ) que apresenta um cenário onde a gerente de uma loja contrata uma jovem branca, discriminando uma negra, metade dos participantes (grupo experimental) recebeu um discurso justificando a decisão da gerente organizada por dois princípios: avaliação profissional e justiça. Os resultados mostram a representação da decisão da gerente organizada por dois princípios: avaliação profissional e justiça. Os participantes que tiveram acesso ao discurso justificador consideraram que a contratação da jovem branca era mais profissional e menos injusta do que os participantes do grupo de controle. Os membros do grupo experimental tenderam a contratar a moça branca, enquanto os membros do grupo de controle não apresentaram preferência pela cor da pele. A discussão apresenta o preconceito moderno como o resultado dos discursos ideológicos produzidos para justificar a sua situação social.

*Palavras-chave:* Preconceito racial; representações sociais; discurso ideológico.

### A Study of Prejudice from a Social Representation Perspective: Analysis of the Influence of a Justifying Discourse on Racial Prejudice

### Abstract

This paper analyses the influence, from a social representations view, of a justifying discourse about racial prejudice. In an experiment ( $N = 120$ ), it was presented to participants a scenario where a shop manager hires a white girl, discriminating a black one. Half of participants also received a discourse justifying the manager's decision. The results show that the representation of the manager's decision is organized in two principles: professional evaluation and justice perception. The participants who had access to the justifying discourse considered the manager's decision as been more professional and less unfair than those who did not see that discourse. The former group was also more tended to hire the white girl, while the other group did not show a racial preference. The discussion presents modern prejudice as a result of ideological discourses produced to justify their social position.

*Keywords:* Racial prejudice; social representations; ideological discourse.

Nos últimos anos, as organizações da sociedade civil que lutam pelos direitos de grupos minoritários têm obtido diversos avanços no que diz respeito a mudanças na legislação que coíbe manifestações de comportamentos e atitudes discriminatórios. Exemplo disso é o debate recente sobre a possibilidade de quotas nas universidades públicas para negros, para estudantes oriundos de escolas

mais de forma aberta, mas também de forma encoberta. De fato, estudos recentes mostram que a expressão de formas clássicas de preconceito tem diminuído em várias partes do mundo (Ziller, 1997; Schuman, Steeh, 1997). No mesmo tempo, vários estudos mostram a existência de dois tipos de preconceito: o

(Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; McConahay, 1983; Pettigrew & Meertens, 1995).

Nesse sentido, o racismo expressa-se através das estratégias que os grupos dominantes encontraram para driblar as normas anti-racistas. Trata-se, pois, de discursos ideológicos que justificam a sua situação dominante sem, aparentemente, violar essas normas (Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001). Mais grave ainda, e de forma paradoxal, esses grupos têm conseguido implantar processos discriminatórios em nome da defesa da justiça e da igualdade universais. Assim, o preconceito atualmente é constituído por vários discursos que pregam a defesa irrestrita dos valores igualitários do pós-modernismo e, ao mesmo tempo, opõem-se às políticas sociais coerentes com esses valores. Portanto, este artigo analisa, na perspectiva das representações sociais, como um discurso justificador contribui para a expressão do preconceito racial.

### **A Perspectiva das Representações Sociais**

As representações sociais são as formas pelas quais o senso comum expressa seu pensamento (Jodelet, 1993; Moscovici, 1976). Não se trata de respostas que um indivíduo emite em relação a um estímulo do meio social (Farr, 1995), mas das maneiras como os grupos sociais constroem e organizam os diferentes significados dos estímulos do meio social e as possibilidades de respostas que podem acompanhar esses estímulos. Esses significados são responsáveis pela ligação dos estímulos às suas respostas correspondentes, em que o estímulo e sua resposta são construídos nas atividades sócio-cognitivas dos grupos sociais, as quais são desenvolvidas nas relações concretas e simbólicas que eles mantêm com os outros grupos (Vala, 2000). É nesse sentido que as representações sociais são referidas como teorias de senso comum (Moscovici & Hewstone, 1993), que estabelecem o repertório com as alternativas de ocorrência das ações sociais.

Doise (1989) critica as definições de representação social que destacam apenas a dimensão hegemônica dessas

mas como uma ampla abordagem inovadora da Psicologia Social (Pereira & Camino, 2000). Mesmo assim, a abordagem das representações sociais tem sido criticada, seja com relação à falta de precisão (Jahoda, 1988; Potter & Linton, 1985), seja com relação à debilidade dos procedimentos metodológicos empregados nos estudos orientados por essa abordagem (Leyens & Dardenne, 1996). Na tentativa de oferecer uma solução à imprecisão conceitual da abordagem, Leyens (1996) e Vala (1993) defendem a articulação entre as representações sociais, das minorias ativas e passivas (Mugny, 1987) e da identidade social (Tajfel, 1984). A influência social minoritária, que descreve o impacto das minorias consistentes nos processos de mudança social, permite compreender os processos de consenso e dissenso que dão dinamismo à mudança social. A teoria da identidade social, que analisa a influência social no quadro das relações intergrupais e o papel da formação simbólica dos grupos sociais, a influência social na ancoragem social das representações sociais (Camino & Camino, 2002; Pereira & Camino, 2000).

Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1998) propõem o Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais como alternativa para os problemas metodológicos das representações, permitindo o desenvolvimento de uma abordagem integrando, como defendem Vala (1993) e Leyens (1996), as representações sociais, influência e identidade social (Doise, 2000). Nesse modelo, o estudo das representações sociais envolve três fases: a organização do campo representacional, os princípios organizadores dos posicionamentos dos indivíduos no campo representacional e a aplicação desses princípios. Na primeira fase, que se refere à objetivação (Doise, 1998; Moscovici, 1976), se trata de se a existência de uma organização cognitiva das representações de membros de uma população sobre um determinado constitutivo de um sistema de relações sociais, o que a abordagem das representações sociais pretende analisar da perspectiva da cognição social (Auguste, 1990).

ancoragem social avalia como as pertencas sociais e as identidades sociais explicam os princípios que organizam os posicionamentos individuais no campo representacional (Doise, 1992). Doise (1993) identifica três formas de ancoragem: a psicológica, a sociológica e a psicossociológica. A análise psicológica estuda a ancoragem nas atitudes individuais. A análise sociológica identifica como a pertença dos indivíduos a grupos sociais influencia as representações. Na análise psicossociológica a ancoragem gira em torno dos discursos ideológicos sobre a natureza das relações sociais. Assim, este artigo utiliza o modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais num estudo sobre como um discurso ideológico ancora o preconceito racial.

### A Natureza do Preconceito

Na Psicologia Social, a definição mais utilizada para o preconceito é a explicitada por Allport (1954), como sendo uma atitude negativa em relação a uma pessoa baseada na crença de que ela tem as características negativas atribuídas a um grupo. Essa atitude seria constituída por dois componentes: um cognitivo, a generalização categorial, e um disposicional, a hostilidade, que influenciaria comportamentos discriminatórios (Jones, 1972). A partir da obra de Allport (1954), várias teorias foram desenvolvidas para explicar o preconceito (Monteiro, 2000). Segundo Billig (1993) e Martínez (1996), essas abordagens têm enfatizado, sobretudo, as causas psicológicas do preconceito, tais como as teorias da personalidade autoritária (Adorno, Frenkel-Brunswick, Levinson & Sanford, 1950), da frustração-agressão (Dollard, Doob, Miller, Mowrer & Sears, 1939) e do “espírito fechado” (Rokeach, 1960). Esses trabalhos têm sido criticados em diversas formas. No entanto, para a argumentação defendida neste artigo, o ponto mais importante refere-se ao fato de que, explicando o preconceito através da dinâmica da personalidade do indivíduo, esses autores estariam negligenciando fatores situacionais e socio-econômicos que, na maioria das vezes, são muito poderosos em determinar esse fenômeno.

diferentes grupos levaria a avaliar os próprios grupos e seus produtos. Para explicar a existência de outros grupos por meio de uma comparação entre “nós” e “eles”, os indivíduos são cooperativos em relação aos seus grupos (*endogrupos*) e tendem a menospreciar outros grupos (*exogrupos*). Essa perspectiva é conhecida como a diferenciação social. Entre os principais fatores que produzem os fenômenos sociais tais como a discriminação e preconceitos (Abrams & Hogg, 1990), destaca a dimensão social dos preconceitos, os quais são vistos como crenças ou conhecimentos compartilhados por um grupo sobre os membros e dos *exogrupos*. Essa perspectiva enfatiza a formação do preconceito em função da identificação como a estereotipagem (Haslam, 1996), determinante dos preconceitos. Segundo Turner (1978), a identificação de um indivíduo numa categoria social e a identificação com ela (1978). Segundo Turner, os indivíduos são motivados a manter a sua identidade social positiva e essa motivação pode contribuir para um sentimento de orgulho. Portanto, quanto maior o sentimento de orgulho de um grupo determinado (e a identificação desse grupo para a auto-estima), maior a tendência do indivíduo de diferenciar-se dos *exogrupos* para adquirir e manter a sua identidade positiva. No entanto, segundo Turner, o preconceito é viés intergrupais como sendo a tendência de um indivíduo de obter e manter um sentimento de orgulho. Tajfel (1982) comete o mesmo erro da perspectiva psicológica que ele havia criticado na teoria da personalidade autoritária (Adorno, Frenkel-Brunswick, Levinson & Sanford, 1950) e da teoria da frustração e agressão (Dollard, Doob, Miller, Mowrer & Sears, 1939).

Em outra perspectiva, Doise (1993) e Turner (1978) têm desenvolvido uma abordagem da formação de preconceitos em termos de relações intergrupais que situam o preconceito no contexto da competição social.

ideológicos, ao apresentarem as características psicossociais que organizam os processos afetivos e cognitivos, justificam as diferenças sociais existentes (Billig, 1985, 1991; van Dijk, 1988) e dão suporte aos processos de exclusão social (Camino, 1998). Assim, a compreensão dos preconceitos sociais passa pela análise de como as representações ideológicas se expressam nas teorias de senso comum sobre a natureza dos grupos sociais. Especificamente, considerando as representações sociais como transformações de conhecimentos ideológicos científicos e filosóficos em saber de senso comum (Moscovici, 1976), interessa saber como atualmente esse senso comum representa as relações raciais.

### **Preconceito Racial e Representações Sociais. Estudos Empíricos**

Os estudos clássicos sobre o racismo submeteram à prova a hipótese de que grupos dominantes avaliariam positivamente os membros de seu grupo e negativamente os membros dos outros grupos (Tajfel, 1978, 1982). Nesse sentido, era de se esperar que os brancos representassem a natureza do seu grupo mais positivamente do que a natureza das pessoas de cor negra. Implicitamente, nesse processo de categorização, as pessoas utilizam teorias de senso comum sobre as características essenciais que diferenciariam o branco do negro. São essas teorias que permitem estabelecer o elo entre os estudos sobre o preconceito racial e a abordagem das representações sociais, dado que estas teorias de senso comum orientariam as avaliações que as pessoas fazem de seu grupo e dos outros grupos.

As novas teorias sobre o preconceito, como a do racismo moderno (McConahay, 1986), a do racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981), a do racismo ambivalente (Katz & Hass, 1988) e a do racismo sutil (Meertens & Pettigrew, 1995, 1999), descrevem processos discriminatórios menos flagrantes e mais encobertos. Estudos desenvolvidos na Europa, nos Estados Unidos e na Austrália à luz dessas teorias mostram o viés *endogrupal* atuando no favoritismo

Mundial e com as subseqüentes Declarações da Organização Mundial da Saúde e da Organização das Nações Unidas associadas à queda do mito da superioridade biológica dos brancos. Surgem novos discursos negando que haja diferenças biológicas entre os negros e os brancos e que existam características psicológicas e culturais e que os negros devam ter direitos iguais (Guimarães, 1995). Por outro lado, nesse mesmo discurso, há o debate para as diferenças culturais, há a existência de uma hierarquia cultural que existe em todos os povos do mundo. Além disso, há a ideia de que as culturas subdesenvolvidas devem ter os mesmos valores, e em conseqüência sua cultura, seu modo de desenvolvimento econômico. Embora as representações do preconceito não estejam orientadas pelas representações sociais, os estudos desenvolvidos nos últimos anos revelam que atualmente o campo das representações raciais é constituído mais pela crença na existência de uma hierarquia cultural do que numa hierarquia genética e biológica (Vescio, Theno & Crandall, 1996; Schwarzer, 1998).

Nesse sentido, Pettigrew e Meertens (1995) afirmam que atualmente o preconceito apresenta-se mais como uma negação de emoções positivas em relação aos outros grupos do que preconceito e, principalmente, pela percepção de que as diferenças culturais expressa na percepção de que os membros dos outros grupos não aderem ao padrão de trabalho. A dimensão emocional, também presente em outras investigações (Dijker, 1987; Leyens & Gaertner, 1989; Leyens & cols., 2000; Schwartz & cols., 1998) se caracterizou em emoções negativas em relação ao *exogrupo*, mas no sentimento de mais empatia em relação ao *endogrupo*. O preconceito, portanto, não nega as diferenças culturais, reflete a existência de uma globalização (Giddens, 1996), pois ao mesmo tempo que viabiliza o desenvolvimento econômico, o capitalismo, aumenta as diferenças entre os grupos (Camino & cols., 2001), expressas nas representações sociais. continuam mostrando o aumento mu-

por Rodrigues (1984), em que brasileiros, individualmente, não atribuíram estereótipos negativos ao negro, mas afirmaram que a sociedade brasileira os atribuía. Recentemente, Martinez e Camino (2000) constataram que estudantes universitários, ao classificarem seu grau de preconceito em uma escala de dez pontos, consideraram que, em média, seu preconceito é de apenas 3,3 pontos, enquanto o grau médio de racismo da sociedade brasileira seria igual a 7,8 pontos. Essa mesma contradição também foi verificada em uma investigação realizada por Camino e colaboradores (2001), levando esses autores a concluir que o discurso ideológico que organiza a representação das relações raciais no Brasil descreve uma dissociação cognitiva cuja característica central é o fato das pessoas negarem que são preconceituosas atribuindo a responsabilidade do preconceito a uma abstração: a sociedade brasileira. Com isso o racismo à brasileira (Silva, 1995) cumpre seu papel ideológico mascarando as práticas discriminatórias. Como afirma Billig (1991), o sucesso de uma ideologia está relacionado aos discursos cotidianos (ou às teorias de senso comum na ótica de Moscovici, 1976) que procura justificar empiricamente o seu próprio sucesso. Nesse sentido, a ênfase na norma anti-racista poderia levar, em certas condições, à justificativa do próprio preconceito (Camino & cols., 2001). Mas quais seriam essas condições?

No Brasil, a miscigenação cultural produziu mitos como o da democracia racial (Freyre, 1933), que entende a discriminação mais como o resultado da estratificação social do que das diferenças de cor. Nesse sentido, o negro seria discriminado não por ser negro, mas por ser pobre. Contudo, o mito da democracia racial parece ser uma forma de racionalização das práticas discriminatórias (Azevedo, 1975). Embora o racismo à brasileira esteja relacionado à pobreza, a cor da pele é, como apontam os resultados da pesquisa levada a cabo por Camino e colaboradores (2001), central na definição do nível da classe social que o indivíduo irá pertencer. Nesse sentido, Andrews (1998) mostra que os negros recebem menores salários que

deve ter, utiliza a cor da pele na decisão de admissão de uma pessoa a um emprego.

Nesse sentido, este artigo apresenta um estudo experimental que mostra a influência do discurso justificador da discriminação social nos julgamentos de estudantes universitários de Goiânia. Investiga-se a influência da máscara e aberta desse preconceito na decisão de contratar uma nova funcionária branca. Como formas mascaradas de preconceito, serão estudados o discurso ideológico e a representação que os universitários têm da gerente. Espera-se que essa representação seja influenciada por dois princípios: percepção da cor da pele e quanto a decisão da gerente foi influenciada pelo discurso (Byrnes & Kiger, 1988) – o discurso profissionalmente ao contratar uma funcionária branca. A forma direta do preconceito será estudada nos casos em que os estudantes caso estivessem no lugar da gerente, os princípios organizadores da aversão à discriminação. Espera-se que os estudantes que não têm a cor da pele influenciada por esse discurso expressarão um preconceito mais aberto do que os estudantes que não têm a cor da pele influenciada por esse discurso. Além disso, espera-se que o discurso justificador da discriminação influencie mais as formas indiretas de preconceito do que a forma aberta do preconceito (Kinder & Sears, 1981; McClelland & Meertens, 1995).

## Método

### Participantes

Participou neste estudo uma amostra de 60 estudantes, com idade variando entre 18 e 25 anos ( $M = 20,57$ ), do primeiro ano do curso de Psicologia da universidade localizada em Goiânia. Os participantes foram distribuídos aleatoriamente em dois grupos de 30

currículo para análise. Após avaliar todos os *currícula*, a gerente seleciona os dois melhores, pois se trata de duas moças com competência e características profissionais idênticas. Em seguida, o texto narra que a gerente convoca as duas moças para uma entrevista, onde constata que uma moça é de cor branca e a outra é de cor negra.

Na situação de controle, narra-se que a gerente ao ver a cor da pele das moças não teve dúvidas e, sem apresentar justificativas, resolveu contratar a moça branca. Na situação experimental, foi acrescentado um parágrafo que igualmente narra a decisão da gerente por contratar a moça branca, mas essa decisão é justificada através de um discurso cuja característica central é o fato de a gerente não se perceber como uma pessoa preconceituosa. Contudo, ela considera que a sociedade brasileira, cliente em potencial de sua loja, é muito preconceituosa e que por isso deveria contratar a moça branca. Com essa decisão, a gerente estaria cumprindo bem seu papel de administradora de negócios. Portanto, o que diferencia o grupo experimental do grupo de controle é a presença do texto contendo um discurso que justifica a contratação da moça branca.

### Instrumento

O instrumento utilizado foi um questionário, contendo as seguintes escalas:

*Preferência pela Cor da Pele das Pessoas que Atendem nas Lojas:* Inicialmente, pediu-se aos estudantes a indicação de sua preferência pessoal pela cor da pele das pessoas que os atendem quando eles entram em alguma loja para fazer compras. Essa preferência foi indicada numa escala de sete pontos contendo um único item apresentado em forma de diferenciador semântico (Osgood, Succi & Tannenbaum, 1957) que situa, de um lado, a preferência por ser atendido por pessoas de cor negra e, do outro lado, a preferência por pessoas de cor branca. A preferência pela cor foi codificada numa escala variando de 1 (Preferência por Negras) a 7 (Preferência por Brancas). Em seguida, solicitou-se aos estudantes que indicassem, também na escala em forma de diferenciador semântico, a cor da pele dos atendentes que os membros da sociedade brasileira prefere

da gerente ao optar por contratar a moça branca. Os parâmetros psicométricos dessa escala foram apresentados na seção dos resultados.

*Escala de Tomada de Decisão:* Consistiu numa escala de tomada de decisão as tendências dos estudantes em contratar a moça negra ou da moça branca. Foi solicitado que se colocassem no lugar da gerente a loja descrita no texto, a fim de saberem qual das tendências de decisão que esses estudantes apresentaram a eles encarregada a tarefa de contratar a moça. Os estudantes foram orientados a indicar a moça contratada posicionando em uma escala contendo sete pontos o item apresentado em forma de diferenciador semântico (Osgood & cols., 1957) com a tendência de contratar a moça negra, situada ao lado esquerdo da escala, e a tendência de contratação da moça branca, situada ao lado direito da escala. Objetivamente, os estudantes foram orientados a qual moça contratariam se estivessem no lugar da gerente da loja. Suas tendências de decisão foram indicadas numa escala variando de 1 (Contratar a moça negra) a 7 (Contratar a moça branca).

### Procedimentos

Para a realização do estudo, sortearam-se os estudantes do primeiro ano do curso de psicologia em cada turma de alunos cada. Após os sorteios, foi solicitada aos alunos das disciplinas a permissão para a realização do estudo. Nas salas de aula, os textos contextualizando a situação e a qual os estudantes deveriam responder foram distribuídos de forma aleatória, de modo que metade da turma fizesse parte do grupo experimental e a outra metade formasse o grupo de controle. Para garantir que não conseguissem visualizar o tamanho do texto entregue aos seus colegas, solicitou-se que os textos fossem sentados em carteiras alternadas. O tempo de realização do estudo em cada sala variou de dez a quinze minutos.

### Resultados

que a sua preferência pessoal nos atendimentos independe da cor da pele das atendentes, pois seu posicionamento na escala foi situado em torno do ponto médio ( $m = 3,9$ ), enquanto julgam que a sociedade brasileira prefere ser atendida por pessoas de cor branca ( $m = 5,8$ ). Esse resultado é particularmente importante na interpretação dos resultados subseqüentes porque permite considerar adequado o discurso justificador da discriminação racial utilizado na manipulação experimental uma vez que ele é constitutivo do campo representacional dos estudantes sobre as relações raciais. Este campo é constituído, por um lado, pela negação pessoal do preconceito e, por outro lado, pela crença de que a sociedade brasileira é preconceituosa (Camino & cols., 2001; Venturi & Paulino, 1995). Mas o discurso justificador da discriminação favorece a expressão do preconceito?

A expressão desse preconceito passa pelos princípios organizadores da avaliação que os estudantes fazem da decisão da gerente. Para análise desse processo, verificou-se, inicialmente, a adequação teórica e a confiabilidade da escala utilizada na identificação desses princípios

organizadores. Para tanto, aplicamos o método dos eixos principais, através do método dos eixos principais atribuídos pelos estudantes aos itens da avaliação da decisão da gerente. Como constatados (Tabela 2), os dois primeiros eixos explicam 51% da variabilidade da decisão dos estudantes e os seus conteúdos representam os princípios que organizam a avaliação da decisão. A análise de componentes principais da Avaliação Profissional e Percepção de Justiça mostrou que as escalas apresentam-se adequadas para as análises mostradas. Os resultados das análises mostram *eigenvalue* de 1,31 e 1,07, respectivamente, e os dois primeiros eixos explicam 31% da variabilidade da avaliação da decisão e percepção de justiça. Como constatados (Tabela 2), os dois primeiros eixos explicam 51% da variabilidade da decisão dos estudantes e os seus conteúdos representam os princípios que organizam a avaliação da decisão. A análise de componentes principais da Avaliação Profissional e Percepção de Justiça mostrou que as escalas apresentam-se adequadas para as análises mostradas. Os resultados das análises mostram *eigenvalue* de 1,31 e 1,07, respectivamente, e os dois primeiros eixos explicam 31% da variabilidade da avaliação da decisão e percepção de justiça.

Tabela 1

*Médias da Preferência dos Estudantes e do que Eles Prensam que os Brasileiros Preferem em Relação à Cor da Pele das Vendedoras nas Lojas de Shopping Centers nos Grupos Experimental e Controle*

	Grupos	
	Experimental ( $n = 60$ )	Controle ( $n = 60$ )
Preferência pessoal	3,9	3,8
Preferência dos brasileiros	5,6	6,0
Total	4,8	4,9

*Nota.* As médias que não compartilham os mesmos subscritos representam diferenças estatísticas significativas com  $p < 0,05$  na Análise de Variâncias. A escala varia de 1 (Preferência pela Negra) a 7 (Preferência pela Branca).

Tabela 2

*Cargas Fatoriais, Comunalidades ( $h^2$ ), Eigenvalues, Variância Explicada e Fidedignidade das Avaliações dos Princípios Organizadores da Decisão da Gerente*

Itens	Princípios organizadores da avaliação da decisão	
	Avaliação profissional	Percepção de justiça
Competente	0,93	0,87
Eficaz	0,70	0,80



Para analisar o efeito da manipulação experimental sobre a expressão do preconceito racial, aplicou-se uma Análise de Variâncias Multivariada (MANOVA) considerando o delineamento 2 (grupos experimental e controle) X 3 (percepção de justiça, avaliação profissional e tomada de decisão). Os resultados indicam (Tabela 3) que o efeito multivariado é significativo explicando 26% da variância do preconceito  $F(3,117) = 12,27; p < 0,001; Pillais = 0,26$ , de modo que, no geral, os estudantes da condição experimental expressam um preconceito médio ( $m = 4,1$ ) superior aos estudantes do grupo de controle ( $m = 2,8$ ).

formas de expressão do preconceito racial. O Modelo da Análise Quantitativa das Representações (Doise & cols., 1993), foram identificados os constitutivos do campo representacional do preconceito no Brasil a partir dos quais construiu-se o discurso da discriminação. Em seguida, foram identificados os princípios organizadores da avaliação e a decisão fizeram da decisão que uma suposta gerente deveria contratar uma moça branca, discriminando a negra. Finalmente, mostrou como as formas de expressão ancoram-se no discurso justificador da discriminação.

Tabela 3  
*Médias da Avaliação da Decisão da Gerente e da Escolha da Funcionária em Função dos Grupos Experimental e Controle*

	Grupos	
	Experimental ( $n = 60$ )	Controle ( $n = 60$ )
Percepção de justiça	3,1	2,0
Avaliação profissional	4,1	2,5
Tomada de decisão	5,0	4,0
Total	4,1	2,8

*Nota.* A escala de percepção de justiça varia de 1 (Nada Justa) a 7 (Extremamente Justa). A escala de avaliação profissional varia de 1 (Nada Profissional) a 7 (Extremamente Profissional). A tomada de decisão varia de 1 (Contrataria a Negra) a 7 (Contrataria a Branca).

Do mesmo modo, todos os efeitos univariados também são significativos:  $F_{\text{Percepção de Justiça}}(1, 117) = 21,44; p < 0,001, Eta^2 = 0,16; F_{\text{Avaliação Profissional}}(1,117) = 34,73, Eta^2 = 0,24; p < 0,001; F_{\text{Tomada de Decisão}}(1,117) = 15,09; p < 0,001, Eta^2 = 0,12$ . Os estudantes do grupo experimental percebem que a decisão da gerente foi menos injusta ( $m = 3,1$ ) do que os estudantes do grupo de controle ( $m = 2,0$ ). Constata-se também que na condição experimental os estudantes avaliam a atuação profissional da gerente da loja de forma mais positiva ( $m = 4,0$ ) do que os estudantes da condição de controle ( $m = 2,5$ ). Quando perguntado aos estudantes qual seria a sua decisão caso estivessem na situação da gerente da loja, os membros do grupo experimental

Com relação ao campo representacional do preconceito racial, mostram esse campo constituído pela expressão de um preconceito generalizado na sociedade. Isso ocorre pelo fato de que individualmente as pessoas não são preconceituosas (Camino & cols., 1995). De fato, os estudantes e eles próprios não têm preferência pelas atendentes das lojas, mas acham que a sociedade claramente prefere ser atendida por pessoas brancas. Para Billig (1993), o exame das declarações de preconceito pessoal em um meio social, o preconceito coloca em relevo o debate sobre esse preconceito, fundamentalmente

comum fez das normas anti-racistas, resultando em um discurso que justifica a discriminação (Lacerda & cols., 2002). É nesse sentido que se concebe o preconceito não como decorrente de características psicológicas individuais, mas, sobretudo, como o produto das relações de poder entre grupos. Essas relações geram representações ideológicas que justificam os processos de discriminação contra grupos minoritários (Pereira & Camino, 2002). Uma dessas representações é o discurso ideológico que nega o preconceito pessoal e responsabiliza a sociedade pela existência desse preconceito (Camino & cols., 2001).

O cenário apresentado aos estudantes contextualiza as relações raciais e situa o racismo no domínio das relações sócio-econômicas (Santos, 1999; Telles, 1994). Tal como mostraram os resultados, a representação que os estudantes têm dessa discriminação é organizada em torno dos dois princípios hipotetizados: avaliação da capacidade profissional da gerente e a percepção do quanto essa gerente foi justa ao contratar a moça branca. O posicionamento nesses dois princípios juntamente com a decisão dos estudantes caso estivessem no lugar da gerente permitiu estudar o preconceito racial no contexto específico em que as novas formas do racismo se manifestam: as relações trabalhistas (Pettigrew & Meertens, 1995). De fato, Vala e colaboradores (1998, 1999) têm constatado que, embora as pessoas não se considerem preconceituosas, os negros representam para os portugueses uma ameaça econômica na medida em que acreditam que os programas governamentais não estabelecem limitações rigorosas que reduzam o acesso desses aos postos de emprego. Nas novas teorias sobre o racismo (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981) essa seria uma das maneiras que os indivíduos encontraram para manifestar de forma latente o seu preconceito. Para esses autores, essa estratégia seria decorrente da internalização das normas anti-racistas. Contudo, de acordo com a perspectiva das representações sociais, as novas formas do racismo são decorrentes menos de processos psicológicos de internalização dessas

princípios organizadores, o preconceito é decorrente de uma influência indireta na medida em que a percepção da capacidade profissional da gerente permitiu a decisão do alvo da discriminação. Nesse sentido, a decisão injusta e quanto mais profissional a gerente foi percebida mais favoráveis à contratação ela se tornou. Os membros do grupo não devem considerar a decisão da gerente como uma decisão média desse grupo em relação à contratação, mas de forma ambivalente (Katz & Hass, 1988). Assim, a ter a mesma decisão da gerente a moça branca. A que se deve essa ambivalência? Segundo (1996), o fato de que os sujeitos não percebem o conflito e atuem de forma ambivalente nesse conflito se deva a processos psicológicos desse tipo de ambigüidade ocorrendo quando as pessoas utilizam os argumentos que circulam na sociedade. Nesse sentido, os resultados traduzidos em formas de discurso ideológico expressam, como apontam Pettigrew e Meertens (1995), características da mentalidade pós-moderna. Nessas características tomam forma as relações tanto à fraternidade e à igualdade quanto a competição concretas de um mundo visivelmente competitivo (Billig, 1991). Segundo Pettigrew e Meertens ao mesmo tempo em que o mundo se movimenta para a solidariedade, submetendo-se às leis de mercado.

Uma explicação alternativa para o efeito do discurso sobre o preconceito pode ser vista sob a perspectiva da cognição social. Os resultados experimentais teriam apresentado a influência da decisão da gerente porque, ao ter acesso a um maior conjunto de informações sobre as intenções da gerente, de modo que as relações entre essas informações e a decisão profissional poderiam ser mais facilmente compreendidas sob essa perspectiva, o indivíduo desen-

responsáveis pela transformação do conhecimento científico em teorias de senso comum. Enquanto essa transformação é processada de acordo com as regras de inferência, elas são também determinadas no sistema de comunicação social (Moscovici, 1988). Assim, embora os julgamentos realizados pelos estudantes do grupo experimental sobre a decisão da gerente sejam processados a partir da lógica da inferência cognitiva, o conteúdo dessa inferência foi determinado pelo conteúdo e pela lógica do discurso apresentado, o qual, por natureza, é social, uma vez que, como mostram os resultados da Tabela 1, os elementos constitutivos desse discurso compõem para os estudantes o campo representacional das relações raciais no Brasil.

Para finalizar, é relevante a reflexão sobre o método empregado no estudo, uma vez que poderia parecer paradoxal uma pesquisa experimental orientada pela abordagem das representações sociais. Realmente, esse aspecto tem gerado controvérsias entre os teóricos das representações sociais (Jesuino, 2000), embora o próprio Moscovici (1988) defenda que os estudos desenvolvidos nessa abordagem devam utilizar os mais variados procedimentos metodológicos. A experimentação pode ser utilizada com restrições, como por exemplo, para analisar um aspecto específico, como a influência de um discurso sobre a expressão do preconceito em um grupo restrito de estudantes. Mas ela não permite verificar os processos ideológicos subjacentes à construção desses discursos, pois esses são construídos nas relações históricas que os grupos construíram em cada cultura específica. A cultura não se forma experimentalmente.

## Referências

- Abrams, D. & Hogg, M. (1990). *Social identity theory: Constructive and critical advanced*. New York: Harvester-Wheatsheaf.
- Abric, J. C. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: Système central et système périphérique. Em C. Guimelli (Org.), *Représentations sociales* (pp. 11-28). Paris: L'Harmattan.
- Biernat, M., Vescio, T. K., Theno, S. A. & Crandall, C. (1996). Prejudice: Toward understanding the impact of outgroup attitudes. Em C. Seligman, J. M. O. (Orgs.), *The psychology of values: The Ontario Symposium* (pp. 1-10). Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Billig, M. (1985). Prejudice, categorization and perceptual to a rhetorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in rhetorical psychology*. Sage.
- Billig, M. (1993). Racismo, prejuízos y discriminación. Em M. Billig (Org.), *Psicología social: Influencia y cambio de actitudes* (pp. 575-600). Barcelona: Paidós.
- Browser, B. P. (1995). Introduction: The global context of anti-racism. Em B. P. Browser (Org.), *Racism and social identity: A perspective* (pp. 1-10). London: Sage.
- Byrnes, D. & Kiger, G. (1988). Contemporary measures of prejudice toward blacks. *Educational and Psychological Measures*, 7, 161-174.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica da representação política. *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-28.
- Camino, L. (1998). Direitos humanos e psicologia. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Declaração de princípios éticos e direitos humanos* (pp. 39-63). Brasília: CFP.
- Camino, L. & Pereira, C. (2002). O papel da Psicologia na defesa dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas de discriminação do homossexualismo. (material de trabalho).
- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2003). Racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Política*, 1, 13-36.
- Campbell, D. & Stanley, J. (1979). *Delineamentos experimentais de pesquisa*. São Paulo: EPU.
- Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal consistency of tests. *Psychometrika*, 16, 297-334.
- Deschamps, J. C. (1982). Social identity and relationship groups. Em H. Tajfel (Org.), *Social identity and social change* (pp. 85-98). Cambridge: Cambridge University.
- Dijker, A. J. M. (1987). Emotional reactions to ethnic diversity. *Journal of Social Psychology*, 127, 305-325.
- Doise, W. (1976). *L'articulation psychosociologique et la théorie des représentations sociales*. Bruxelles: De Boeck.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: L'Harmattan.
- Doise, W. (1986). Les représentations sociales: Définition et rôle. Em W. Doise & A. Palmonari (Orgs.), *L'étude des représentations sociales* (pp. 82-95). Paris: Delachaux et Niestlé.
- Doise, W. (1989). Attitudes et représentations sociales. Em W. Doise & A. Palmonari (Orgs.), *Les représentations sociales* (pp. 220-238). Paris: L'Harmattan.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Revue de Psychologie*, 45, 129-145.

- Dovidio, J. F., Mann, J. A. & Gaertner, S. L. (1989). Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism. Em F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Orgs.), *Affirmative action in perspective* (pp. 83-102). New York: Springer-Verlag.
- Farr, R. (1995). Representações sociais: A teoria e sua história. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 31-59). Petrópolis: Vozes.
- Fiske, S. & Taylor, S. (1991). *Social cognition*. New York: McGraw-Hill.
- Freyre, G. (1933). *Casa-Grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination and racism* (pp. 61-89). New York: Academic Press.
- Giddens, A. (1996). *Para além da esquerda e da direita*. S. Paulo: UNESP.
- Guimarães, A. S. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attribitional analysis of stereotyping. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 12, pp. 53-84). New York: Academic Press.
- Haslam, S. A. (1997). Stereotyping and social influence: Foundations of stereotype consensus. Em R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers & S. A. Haslam (Orgs.), *Social identity theory: Constructive and critical advances* (pp. 119-143). New York: Harvester.
- Haslam, S. A. & Turner, J. C. (1992). Context-dependent variation in social stereotyping: The relationship between frame of reference, self-categorization and accentuation. *European Journal of Social Psychology*, 22, 251-278.
- Heringer, R. (1995). Introduction to the analysis of racism and anti-racism in Brazil. Em B. P. Bowser (Org.), *Racism and anti-racism in world perspective* (pp. 203-207). London: Sage.
- Hewstone, M. (1990). The ultimate attribution error? A review of the literature on intergroup causal attribution. *European Journal of Social Psychology*, 20, 311-335.
- Hogg, M. & Abrams, D. (1988). *Social identification: A social psychology of intergroup relations and group processes*. London: Routledge.
- Ismael, E., Maciel, C. & Camino, L. (1996). O conhecimento do outro: Explicações em termos de cognição social. Em Camino, L. (Org.), *Conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social* (pp. 59-117). João Pessoa: Editora Universitária.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 198-209.
- Jesuino, J. C. (2000). A psicologia social europeia. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 49-60). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1993). La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología social* (Vol. 2, pp. 469-494). Barcelona: Paidós.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and racism*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- Leyens, J. P., Paladino, P. M., Rodriguez, J. P., Rodriguez-Peres, A. & Gaunt, P. (1993). Aversive racism and prejudice: The attribution of social status to outgroups. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 101-112.
- Likert, R. (1970). The technique for the measurement of attitudes. Em R. F. Summers (Org.), *Attitude measurement* (pp. 1-13). New York: Academic Press.
- Martinez, M. C. (1996). *Análisis psicosocial del discurso social como determinante de la conducta*. Madrid: Alianza.
- Martinez, I. & Camino, L. (2000, Setembro). El discurso social como determinante de la conducta de los negros y morenos. Trabalho apresentado no Congresso da Associação Social da Espanha, Oviedo, Espanha.
- McConahay, J. B. (1983). Modern racism and prejudice. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 513-521.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism and prejudice: A review of the racism scale. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-125). New York: Academic Press.
- McConahay, J. B., Hardee, B. & Batts, M. L. (1981). Is racism a thing of the past? It depends upon who is asking the question. *Conflict Resolution*, 25, 563-579.
- Meertens, R. & Pettigrew, T. (1999). Se o preconceito não é coisa do passado. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: O desafio da diversidade*. Oeiras: Celta.
- Ministério do Trabalho. (1998). *Programa de promoção da igualdade de oportunidades: gênero e raça: Todos pela igualdade de oportunidades*. Brasília: Ministério do Trabalho.
- Monteiro, M. B. (2000). Conflito e negação da diversidade. Em M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 11-24). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son enseignement et son développement*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a cognitive social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 18, 121-144.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1993). I am not a racist, but... Em S. Moscovici (Org.), *Psicologia social* (Vol. 1, pp. 1-21). Lisboa: Paidós.
- Moscovici, S. & Mugny, G. (1987). *Psychological intergroup conflict*. London: Delval.
- Moscovici, S. & Péres, J. (1999). A extensão do preconceito à pressão das maiorias: O caso do racismo. *Perspectivas comparativas* (pp. 11-24). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Mummendey, A. & Wenzel, M. (1999). The role of social identity in intergroup relations: Reactions to outgroups. *Personality and Social Psychology Review*, 3, 158-171.
- Nisbett, R. E. & Ross, L. (1980). *Human inference: Social judgment*. Englewood cliffs: Prentice-Hall.
- Oakes, P. J., Haslam, S. A. & Turner, J. C. (1996). *Social identity theory: A new paradigm for social psychology*. Oxford: Blackwell.
- Osgood, C. E., Suci, G. J. & Tannenbaum, P. H. (1956). *The semantic differential: A new method of measuring attitudes*. Urbana, Ill: University of Illinois Press.
- Pedersen, A. & Walker, I. (1997). Prejudice and racism: A cognitive social psychological approach. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination and racism* (pp. 126-144). New York: Academic Press.

- Rego, A. (2001). Percepções de justiça: Estudos de dimensionalização com professores do ensino superior. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17, 119-131.
- Rex, J. (1986). *Raça e etnia*. Lisboa: Estampa.
- Rodrigues, A. (1984). *Deteção de preconceito racial e de estereótipo sexual através de atribuição de diferencial de causalidade*. Relatório Técnico. Rio de Janeiro: FGV/CBPP.
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. New York: Basic Books.
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings. Distortions in the attribution process. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 10, pp. 174-221). New York: Academic Press.
- Santos, I. A. (1999). Discriminação: Uma questão de direitos humanos. Em D. D. de Oliveira, R. B. de Lima, S. A. dos Santos & T. L. Tosta (Orgs.), 50 anos depois: Relações raciais e grupos socialmente segregados (pp. 53-74). Goiânia: MNDH.
- Schaller, M. (1991). Social categorization and the formation of group stereotypes: Further evidence for biased information processing in the perception of group-behavior correlations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 25-35.
- Schuman, H., Steeh, C., Bobo, L. & Krysan, M. (1998). *Racial attitudes in America: Trends and interpretations*. Cambridge: Harvard University.
- Schwarcz, L. (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, M. J. (1995). *Racismo à brasileira: Raízes históricas*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- Smith, E. R. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptions of prejudice. Em D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Orgs.), *Affect, cognition and stereotyping: Interactive processes in group perception* (pp. 297-315). San Diego: Academic Press.
- Spini, D. & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human right and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.
- Tajfel, H. (1978). The psychological structure of intergroup relations. Em H. Tajfel (Org.), *Differentiations between social group* (pp. 27-98). Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Telles, E. E. (1994). Industrialização e desigualdade racial no emprego: O exemplo brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, 26, 21-52.
- Torres, A. R. R. (1996). *Exploring group diversity: Relations between identification and ingroup bias*. Tese de Doutorado. University of Kent at Canterbury, Reino Unido.
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quotidiano: Algumas metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 28, 1-14.
- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social no quotidiano. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), 502. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1998). *Expressões de racismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). O racismo flagrantemente em Portugal. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Teorias e práticas* (pp. 31-59). Oeiras: Celta.
- van Dijk, T. (1988). Social cognition, social power and racism. *Text*, 8, 129-157.
- Venturi, G. & Paulino, M. F. (1995). Pesquisando preconceitos. Em G. Venturi (Orgs.), *Racismo cordial: A metáfora do preconceito de cor no Brasil* (pp. 83-95). São Paulo: Companhia das Letras.
- Vrugt, A. & Nauta, M. (1995). Subtle prejudice and social identity. *The Journal of Social Psychology*, 135, 1-14.
- Wetherell, M. (1996). *Identities groups and social issues*. London: Sage University.
- Yzerbyt, V., Rocher, S. & Schadron, G. (1997). Stereotypes and social identity: A subjective essentialistic view of group perception. Em P. Oakes, N. Ellemers & S. Haslam (Orgs.), *The social identity theory and group life* (pp. 20-50). Oxford: Blackwell.

## **Anexo A**

### **Cenário Entregue a Todos os Estudantes**

A gerente de uma loja de cosméticos em um *Shopping Center* precisava contratar uma jovem para integrar o quadro de vendedoras dos produtos da loja. Para contratar a mais competente funcionária, a gerente fez um anúncio nos classificados de um jornal, onde solicitava uma inscrição que deveria ser acompanhada de um currículo pelos correios. Com os currículos em mãos, a gerente selecionou as duas melhores candidatas, duas jovens de 22 anos, estudantes universitárias com excelentes desempenhos acadêmicos e boas habilidades de comunicação. Como a gerente poderia contratar apenas uma funcionária. Como, em todas as avaliações objetivas, as duas moças eram iguais, a gerente resolveu fazer uma entrevista para verificar qual delas era a mais extrovertida e a com melhor fluência verbal, que são características essenciais de uma funcionária para um *Shopping Center*. Para surpresa da gerente, as duas candidatas além de terem excelente fluência verbal, eram simpáticas e extrovertidas. Na verdade, elas se diferenciavam em apenas uma característica: uma de cor branca e uma de cor negra.

### **Grupo de Controle**

Para os membros do grupo de controle, acrescentou-se a seguinte frase ao final do texto: “Após avaliar as duas candidatas, a gerente não teve mais dúvidas resolvendo contratar a moça branca”.

### **Grupo Experimental**

Aos membros do grupo experimental foi apresentado o seguinte discurso justificando a decisão da gerente: “Após ver a cor da pele das candidatas, a gerente se colocou em um dilema, pois não sabia qual delas contratar. Sendo muito justa nas suas relações pessoais, a gerente sabia, entretanto, que por ser uma funcionária extremamente preconceituosa, principalmente nas camadas mais elevadas, ela não poderia contratar a moça negra, pois os frequentadores do *Shopping Center* poderiam não entrar em sua loja para comprar produtos. Se isso ocorresse, pensou a gerente, tanto ela quanto os outros funcionários poderiam ficar prejudicados. Considerando que ela não é uma pessoa preconceituosa, ao contrário, sempre foi a favor da diversidade, a sociedade brasileira é extremamente injusta e preconceituosa, resolveu contratar a moça negra, pois estaria agindo profissionalmente ao cumprir o seu papel de administradora de negócios e pensando no futuro da loja e no emprego de seus funcionários”.



**Centro de  
Estudos  
Psicológicos  
sobre  
Meninos e  
Meninas de Rua**

reúne os psicólogos **Sílvia H. Koller, Alessandra Marques C**  
**Carolina Lisboa, Clarissa De Antoni, Cláudio S. Hutz, Elder**  
**Gabriela Azen Azevedo, Juliana Prates Santana, Letícia Fo**  
**Ramos Mayer, Lucas Neiva-Silva, Raquel Cardoso Brito, Simon**  
alunos de Graduação e Pós-Graduação. Os objetivos principais do  
são: ensino, extensão e pesquisa sobre aspectos psicológicos de  
adolescentes e famílias em situação de risco pessoal e social, sob  
da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano.  
Agora com grupos em Rio Grande (FURG), coordenado por Maria Ân  
em Caxias do Sul (UCS), coordenado por Maria Elisa Fontana Ca  
Distrito Federal (UCB), coordenado por Paola Biasoli Alves.